

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO VEREADOR AMILTON FILHO

Projeto de Lei nº	de	de	de 2013

ALTERA A LEI 349 DE 19 DE MARÇO 2007, OBRIGANDO AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS PARA QEU TODOS OS ATENDIMENTOS SEJAM ORIENTADOS POR SENHA E VEDA A DEMORA NA ENTREGA DE SENHAS DE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1° – Acresce-se os § 1° e 2° ao Art. 1° da Lei 349/2007, com seguinte redação:

§ 1° – Todos os atendimentos das agências bancárias deverão ser organizados através de senha que deverá ser fornecida ao cliente de maneira ágil e rápida, tal logo adentre na agência.

§2º – É vedado a realização de triagens ou pré-atendimentos que visem retardar o fornecimento da senha aos clientes.

Art. 2° – Acresce-se o parágrafo único ao Art. 3° da Lei 349/2007, com a seguinte redação:

Parágrafo primeiro – A competência para fiscalizar o cumprimento da presente Lei é da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor ou órgão de defesa do Consumidor do Município que a substituir.

publicação.

Art. 3° – Esta Lei entra em vigor na data de sua

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2014

Amilton Batista de Faria Filho Vereador - SD



JUSTIFICATIVA

Este projeto tem o objetivo de criar a obrigatoriedade de que todos os atendimentos bancários na cidade de Anápolis sejam organizados por senha, de tal modo a possibilitar a mensuração do real tempo de espera em todos os atendimentos.

Cria também a proibição da realização de triagens que possam mascarar o tempo de espera, de tal modo a impossibilitar que os bancos criem a fila pra senha, assim, podendo aferir o tempo de espera do momento em que o cliente chegou ao banco.

Reiterados são os casos de desrespeito a legislação consumerista na cidade de Anápolis, assim esta Casa tem por dever promover atos de fiscalização e aprimorar a legislação.

Entendo que este projeto de lei traz em seu conteúdo um aprimoramento da legislação que trata do atendimento bancário na cidade de Anápolis.

Pelo alcance social contido nessa propositura, solicito o imprescindível apoio desta casa de leis para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2014

Amilton Batista de Faria Filho

Vereador – SD 1º Secretário



LEI MUNICIPAL N° 349/07, DE 19 DE MARÇO DE 2007.

AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO, FICAM OBRIGADAS A INSTALAREM EMISSOR DE SENHA QUE INDICAM O HORÁRIO DE EXPEDIÇÃO DO DOCUMENTO, BEM COMO O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

- EU, **GÉRSON SANT' ANA FALLACCI,** PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:
- Art. 1º As agências bancárias localizadas no Município ficam obrigados a instalarem em seus interiores, EMISSOR DE SENHA, que identificam o horário de expedição do documento.
- **Art. 2º** Ficam ainda obrigadas a devolver referida senha ao cliente ou usuário, se esta for requisitada, indicando o real horário de atendimento.
- Art. 3º O descumprimento da presente lei, sujeitará ao infrator, sanção pecuniária no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e em caso de primeira reincidência, esta será majorada em 100% (cem por cento), aplicando o mesmo percentual até a quinta reincidência, e após esta, a instituição terá seu alvará de funcionamento cassado.
- Art. 4º Os valores arrecadados com aplicação de sanções revertidos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aplicará em políticas públicas voltadas ao bem estar e socialização de menores infratores e carentes, residentes no Município de Anápolis.
- **Art. 5º** O Chefe do Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias da sua publicação.
 - Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPOLIS, EM 19 DE MARÇO DE 2007.

Gérson Sant' Ana Fallacci =PRESIDENTE=

José Vitor Caixeta Ramos =VICE-PRESIDENTE=

Mirian Garcia Sampaio =1ª SECRETÁRIA=

Pimenta Mauro José Severiano =2° SECRETÁRIO=

SC/RSM/ASSEF JORGE NABEN/136/2006.